



**Relatório da Administração e
Demonstrações Contábeis
Societárias**





VISÃO

"Melhorar a condição de vida do associado, gerando e fornecendo energia de qualidade, com eficiência e de forma sustentável".

"Da geração à distribuição, para além da energia".

VALORES

Ação e Transparência
Ética e Senso de Justiça
Intercooperação e Competência
Cidadania
Solidariedade
União
Zelo

NEGÓCIO

"Gerar e comercializar energia dentro de sua área de ação, atendendo às necessidades dos consumidores das classes Rural, Residencial, Industrial, Comercial e Pública, focando a qualidade exigida para a realização de suas atividades diárias".

POLÍTICA DE QUALIDADE

Distribuir energia elétrica com qualidade e segurança nos padrões do setor elétrico, buscando:

- Satisfação dos associados/consumidores;
- Aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- Investimento em tecnologia e melhoria contínua de nosso Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ);
- Confiabilidade na coleta, geração e envio dos dados à Aneel dos Indicadores de Continuidade Individuais e Coletivos, Serviços Comerciais e Reclamações;
- Eficiência no tratamento das reclamações dos associados/consumidores e demais partes interessadas;
- Cumprimento do contrato de permissão, assim como os requisitos legais, regulamentares da Aneel, estatutários da Cooperativa e dos Associados/ Consumidores;
- Sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade socioambiental.

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	6
1. PERFIL.....	6
1.1. A Ceriluz Distribuição.....	6
1.2. Ceriluz em Números	7
1.3. Gestão pela Qualidade Total	7
1.4. Política da Qualidade.....	8
1.5. Índice IASC de Satisfação ao Consumidor.....	8
2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	9
2.1. Assembleia Geral	9
2.2. Assembleia Geral Ordinária	9
2.3. Assembleia Geral Extraordinária	9
2.4. Conselho de Administração.....	9
2.5. Conselho Fiscal	10
2.6. Auditores Independentes	10
3. GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS.....	11
3.1. Atuação Na Área Social.....	11
3.2. Atuação na Área Ambiental.....	13
3.3. Outras Informações Aos Associados.....	14
4. DESEMPENHO OPERACIONAL	15
4.1. DISTRIBUIÇÃO.....	15
4.1.1. Ligação de Consumidores	16
4.1.2. Consumidores por Município	16
4.1.3. Comportamento de Mercado.....	17
4.1.4. Ingressos/ Receita Líquida	18
4.1.5. Número de Consumidores.....	18
4.1.6. Tarifas	18
4.1.7. Bandeiras Tarifárias	19
4.1.8. Qualidade do Fornecimento.....	19
4.1.9. Atendimento ao Consumidor	21
4.1.10. Frota	22
5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....	22
5.1. Análise do Resultado	22
5.2. Variações Patrimoniais	23
5.3. Investimentos	23
5.4. Captações de Recursos.....	23
5.5. Valor Adicionado	23
5.6. Planejamento Empresarial	24
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	25
6.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	26
6.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	27
6.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO	28
6.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL.....	29
6.5. DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS.....	30
6.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	31
6.7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC – MÉTODO DIRETO.....	32
7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	33
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.....	33
NOTA 2 – CONTRATOS DE PERMISSÃO	33
NOTA 3 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	33
NOTA 4 – BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	33
NOTA 5 - ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	34
NOTA 6 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	34
NOTA 7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	36
NOTA 8 – CONSUMIDORES.....	37
NOTA 9 – SERVIÇOS EM CURSO.....	38

NOTA 10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS.....	38
NOTA 11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	38
NOTA 12 – ALMOXARIFADO OPERACIONAL.....	38
NOTA 13 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	39
NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS	39
NOTA 15 – DISPÊNDIOS/ DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	40
NOTA 16 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	40
NOTA 17 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES.....	40
NOTA 18 – BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS A CONCESSÃO	40
NOTA 19 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	42
NOTA 20 – FORNECEDORES	44
NOTA 21 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	45
NOTA 22 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	46
NOTA 23 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	46
NOTA 24 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS	46
NOTA 25 – ENCARGOS SETORIAIS:	47
NOTA 26 – PASSIVOS REGULATÓRIOS	47
NOTA 27 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES.....	47
NOTA 28 – OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES	48
NOTA 29 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO	49
NOTA 30 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	50
30.1. Capital Social.....	50
30.2. Natureza e Finalidade das Reservas	50
30.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	50
NOTA 31 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	50
NOTA 32 – INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS.....	52
NOTA 33 – TRIBUTOS SOBRE OS INGRESSOS/RECEITAS	53
NOTA 34 – ENCARGOS DA PARCELA “A”	53
NOTA 35 – CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	53
NOTA 36 – CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	53
NOTA 37 – OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS.....	54
NOTA 38 – OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS	54
NOTA 39 – SEGUROS	54
NOTA 40 – NOTA EXPLICATIVA DVA	54
NOTA 41 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E ATIVIDADES DE NEGÓCIOS	55
NOTA 42 – PARTES RELACIONADAS	55
NOTA 43 – OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS	56
8. BALANÇO SOCIAL	57
9. PARECER DO CONSELHO FISCAL	58
10. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS ...	59

SENHORAS E SENHORES ASSOCIADOS,

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração, através do qual divulgamos as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2022 e apresentamos as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

ANO QUENTE, NO CLIMA E NOS ABRAÇOS

É com muita alegria que dirijo algumas palavras aos nossos associados, pela primeira vez como presidente da Ceriluz Distribuição. Quero inicialmente agradecer ao voto de confiança dado pelo nosso quadro social ao aceitar a ideia de sucessão proposta pelo presidente Iloir de Pauli e os demais conselheiros dessa Cooperativa. É um desafio do tamanho da Ceriluz, mas o fato de termos ao nosso lado, grandes líderes preparados e com conhecimento sobre o setor elétrico, nos dá mais tranquilidade. De fato, hoje, é impossível administrar uma cooperativa de distribuição de energia sem ter profundo conhecimento sobre o setor elétrico, regulado e complexo. Atuo há mais de 15 anos na Ceriluz onde passei por diversos setores, o que já proporciona algum conhecimento para dar andamento a esse trabalho importante, mas claro, seguindo com o processo de aprendizagem e evolução.

No ano em que muitas vezes os fatores econômicos chamaram a atenção foi o lado humano o nosso foco. Após dois anos de restrições, por causa da pandemia, estes últimos meses foram voltados a trabalhar o relacionamento com nosso quadro de associados. Aos poucos nossos eventos estão voltando e podemos novamente reencontrar nossos associados, nossos amigos, cumprimentá-los e abraçá-los. Essa proximidade é fundamental dentro de uma Cooperativa, afinal, ela é feita de pessoas para pessoas. Foi nesse momento de dificuldades econômicas, com reflexos da estiagem e de alta na inflação, que concedemos um desconto aos nossos associados do Grupo B, logo após a definição, pela ANEEL, do nosso reajuste anual. Anulamos um reajuste de mais de 15% nas tarifas de 98% de nossos associados, o que representou, entre agosto e dezembro, a distribuição de mais de R\$1,5 milhão. Uma decisão importante tomada em conjunto quando, em 2022, em assembleia, aprovou-se a destinação de sobras apuradas para essa finalidade.

O ano de 2022, contudo, também esteve cheio de desafios para garantir energia de qualidade aos associados, especialmente nos meses de verão, que apresentaram temperaturas elevadas. Se por um lado isso provoca o aumento do consumo de energia por nossos associados, por outro traz dificuldades para a operacionalização do sistema e seus equipamentos. Felizmente, mais uma vez nossa infraestrutura mostrou estar preparada para atender nossos associados em momentos críticos, graças aos muitos investimentos realizados em subestações, bancos reguladores, transformadores, recondutoramento de redes, entre outros. Isso nos mostrou, realmente, que a Ceriluz está “Estruturada Para Atender Você”, nome de uma campanha que idealizamos para mostrar o quão vital é nossa energia para atendimento de diversos setores produtivos, como o Agro, a Indústria e o Comércio, e também setores essenciais, como Saúde, Educação e Segurança.

Temos mostras de que 2023 será novamente quente, em temperaturas, mas também em calor humano. Queremos estar cada vez mais próximos de nossos associados, para que possamos nos conhecer melhor e juntos abriremos portas que nos levem a dias cada vez melhores.



Guilherme de Pauli
Presidente da CERILUZ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. PERFIL

1.1. A Ceriluz Distribuição

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas.

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1.971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela CERILUZ para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificada pela certificação oficial da NBR ISO 9001:2015 no ano de 2017, que reconhece a competência da Cooperativa na prestação dos serviços com qualidade.

A CERILUZ focada no desenvolvimento social e econômico da região de forma sustentável tem como compromisso com associados, consumidores, colaboradores e comunidade:

- Distribuir energia elétrica com qualidade;
- Aumentar a satisfação dos associados e consumidores;
- Preservar o meio ambiente junto às comunidades onde está inserida;
- Contribuir no desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida;
- Buscar a melhoria contínua da eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Manter programas de aperfeiçoamento do quadro de colaboradores e associados;
- Cumprir os requisitos legais, regulamentares da ANEEL e estatutários da empresa;
- Integrar de forma objetiva o Sistema de Gestão da Qualidade com a estratégia do negócio;
- Propiciar um ambiente que estimule o envolvimento e o desenvolvimento profissional das pessoas.

1.2. Ceriluz em Números

Atendimento	2022	2021	%
Número de consumidores	14.763	14.533	1,58%
Número de empregados	115	117	-1,71%
Número de consumidores por empregado	128	124	3,35%
Número de localidades atendidas	24	24	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Número de postos de arrecadação	45	45	0,00%
Mercado	2022	2021	%
Área de concessão (Km ²)	3.492.649	3.492.649	0,00%
Distribuição Direta (GWh)	111,00	129,00	-13,95%
Total Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	551,87	472,27	16,85%
Residencial	547,27	508,23	7,68%
Comercial	610,94	541,49	12,83%
Industrial	545,56	402,88	35,42%
Rural	503,69	436,48	15,40%
DEC (horas)	7,7	10,46	-26,39%
FEC (número de interrupções)	7,97	9,28	-14,12%
TMA (minutos)	1,51	1,33	13,53%
Operacionais	2022	2021	%
Número de subestações	3	3	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	4.191	4.191	0,00%
Capacidade Instalada (MW)	193	177	9,04%

1.3. Gestão pela Qualidade Total

A adoção de um sistema de gestão da qualidade é uma decisão estratégica da CERILUZ com o objetivo buscar a melhoria de seu desempenho e prover uma base sólida para iniciativas de desenvolvimento sustentável. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da CERILUZ é implementada com base no atendimento a todos os princípios adotados pelas NBRs ISO 9001:2015 e ISO 10002:2005, buscando dessa forma atender os requisitos das partes interessadas consideradas relevantes.

A CERILUZ está comprometida com o desenvolvimento e a melhoria contínua de seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e demonstra esta preocupação por meio do estabelecimento de uma Política da Qualidade, a qual é divulgada aos colaboradores em todos os níveis para comprometimento e participação.

Para alcançar os objetivos e melhorar a eficácia de seu Sistema de Gestão da Qualidade, na qual é demonstrada pela satisfação de seus consumidores e a melhoria contínua de seus processos.

A CERILUZ elabora uma Política da Qualidade coerente com a direção estratégica do negócio e que:

- Seja apropriada ao propósito e ao contexto para possa apoiar o direcionamento estratégico;
- Proveja o estabelecimento dos Objetivos da Qualidade para demonstrar que o compromisso explicitado na Política esteja sendo alcançado;
- Direcione para buscar a satisfação de seus consumidores e melhoria contínua de seu SGQ.

A CERILUZ compromete-se a disponibilizar a Política da Qualidade às partes interessadas consideradas relevantes para o seu negócio, assim como comunicar e proporcionar o entendimento e a conscientização a todos os envolvidos, principalmente aos colaboradores que são os responsáveis por transformar os compromissos assumidos em ações concretas.

Parte Interessada	Forma de Comunicação	Disponibilidade
Colaboradores	Treinamentos, reuniões, circulares	Intranet e murais
Consumidores / Associados	Informativos, publicidades, reuniões e palestras	Site
Aneel	Relatório da Administração	Site

1.4. Política da Qualidade

Distribuir energia elétrica com qualidade e segurança, nos padrões do setor elétrico, buscando:

- Satisfação dos associados/consumidores;
- Aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- Investimento em tecnologia e melhoria contínua de nosso SGQ;
- Confiabilidade na coleta, geração e envio dos dados à Aneel dos indicadores de continuidade Individuais e Coletivos, Serviços Comercial e Reclamações;
- Eficiência no tratamento das reclamações dos associados/consumidores e demais partes interessadas;
- Cumprimento do contrato de permissão, assim como os requisitos legais, regulamentares da Aneel, estatutários da Cooperativa, e dos Associados/Consumidores; e
- Sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade socioambiental.

1.5. Índice IASC de Satisfação ao Consumidor

A Ceriluz desde que participou do Premio IASC de Satisfação do Consumidor em 2014 sempre esteve entre as cinco melhores distribuidoras de energia do Brasil. Em 2022 foi divulgado as notas do Índice de Satisfação de 2021, no qual a Ceriluz atingiu 75,8, ficando em segundo lugar na sua categoria e terceiro no geral. O Índice IASC 2022 ainda não foi divulgado.

Índice Aneel de Satisfação ao Consumidor

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Satisfação	86,75	82,13	85,93	89,26	84,38	75,8	*
Posição na Categoria	5º	2º	1º	2º	1º	2º	*
Participantes na categoria	19	20	20	20	24	24	*
Posição Geral Permissionárias	5º	4º	1º	3º	2º	3º	*
Participantes Geral Permissionárias	38	38	38	38	51	51	*

* Índice de 2022 ainda não divulgado.

2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

2.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da Cooperativa, dentro dos limites legais e estatutários. A Assembleia Geral tem poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta. As deliberações da Assembleia Geral vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. As deliberações serão tomadas por maioria de voto dos associados presentes com direito de votar.

2.2. Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral Ordinária, que se realiza, anualmente, nos 3 primeiros meses após o término do exercício, convocada pelo presidente, delibera sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

1. Eleição dos componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal quando for o caso;
2. Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a. Relatório da gestão;
 - b. Demonstrações contábeis do exercício social, segundo as normas contábeis vigentes no Brasil;
 - c. Parecer do Conselho Fiscal;
 - h. Parecer da Auditoria Independente;
3. Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, deduzindo-se no primeiro caso, as parcelas para os Fundos Obrigatórios;
4. Fixação do valor dos pró-labores dos membros da Diretoria e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
5. Outros assuntos de interesse social (sem poder deliberativo).

2.3. Assembleia Geral Extraordinária

A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação. É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos, para os quais são necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações:

1. Reforma do estatuto social;
2. Fusão, incorporação ou desmembramento;
3. Mudança do objeto da sociedade;
4. Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
5. Contas do liquidante;

2.4. Conselho de Administração

A Cooperativa é administrada por um Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vice-Presidente e cinco Conselheiros Vogais efetivos, todos associados, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de quatro anos, sendo obrigado, ao término de cada mandato, a renovação mínima de um terço de seus componentes.



Guilherme de Pauli
PRESIDENTE



Valmir E. Seifert
VICE-PRESIDENTE



Sandro Lorenzoni
SECRETÁRIO



Luiz Vieira
1º VOGAL



Leonildo F. Avila
2º VOGAL



Valdir Steiernagel
3º VOGAL



Iloir de Pauli
4º VOGAL



Claudio R. Drews
5º VOGAL

2.5. Conselho Fiscal

A Administração da sociedade é fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de três membros efetivos e três membros suplentes, com mandato de um ano e renovação obrigatória de dois terços a cada eleição.

2.6. Auditores Independentes

A Ceriluz tem contratado a empresa Linear Auditores Independentes S/S para os serviços de auditoria independente para as demonstrações contábeis e emissão do relatório de opinião sobre a posição patrimonial, econômica e financeira da cooperativa.

3. GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS

A busca constante por qualificação sempre foi determinante para a Ceriluz, preocupada com a capacitação dos seus funcionários ela investiu R\$ 23 mil em cursos e treinamento de capacitação. Ao final de 2022, contou com 115 empregados.

3.1 Atuação na Área Social

Projeto Vida Iluminada levou ações socioculturais para associados da Cooperativa

Com quatro apresentações da Família Azzolini, acontece entre os dias 21 e 24 de novembro a inauguração oficial do auditório da Ceriluz, localizado anexo a sua sede administrativa, na Rua Reinoldo Schindler, 100, no Bairro das Chácaras, em Ijuí. Os shows integraram o projeto de comemoração ao final de ano, Vida Iluminada, promovido pela Cooperativa, que traz diversas atrações no período natalino. O novo auditório tem uma lotação de 340 pessoas, com toda a comodidade e segurança. Os ingressos para os shows, de 21 a 24 de novembro, estão esgotados.

Outro destaque do projeto Vida Iluminada é o espetáculo de som e luzes que aconteceu nas fachadas dos prédios da sede administrativa da Ceriluz, realizado pelo segundo ano consecutivo. Esta atração ocorreu todas as noites, entre os dias 21 de novembro e 25 de dezembro, com acesso liberado para associados e a comunidade regional.



Show musical com a Família Azzolini abriu as atividades do Projeto Vida Iluminada, marcado por um mês de atividades na sede da Cooperativa, em Ijuí.

Encontros de Comunidade aconteceram durante a Expofest Ijuí 2022

A Ceriluz participou de 06 a 16 de outubro da EXPOFEST Ijuí 2022, abrindo sua casa, no Parque de Exposições Wanderley Agostinho Burmann, para associados e visitantes. As atividades na casa tiveram como tema “Ceriluz, Estruturada Para Atender Você”, e o objetivo foi mostrar a infraestrutura que a Cooperativa construiu para atender seus associados, com qualidade de energia e internet.

Entre as ações desenvolvidas estiveram os Encontros de Comunidade. Durante muitos anos, por meio de seu Programa Além da Energia, a Ceriluz visitou suas comunidades levando informação e atividades diversificadas,

mas essas ações foram interrompidas em razão das restrições da Pandemia de COVID-19. Em 2022, com a retomada da feira do município de Ijuí, a Ceriluz optou por também promover os encontros durante a exposição feira, fazendo o movimento contrário e trazendo os associados até Ijuí. Além de prestigiar, na Casa Ceriluz, de uma apresentação da diretoria da Cooperativa e interagir com os colaboradores, tiveram a oportunidade de conhecer as principais atrações do evento, de forma especial, as atividades promovidas pelas casas étnicas, com apresentações artístico-culturais e a gastronomia típica.

A Ceriluz oportunizou a visita de grupos das regiões de Chiapetta, no dia 08 de outubro, de Ijuí e Bozano (10 de outubro), de Ajuricaba e Nova Ramada (11 de outubro), de Catuípe, (13 de outubro), e de Augusto Pestana e Coronel Barros (14 de outubro). Antes, no dia 07 de outubro, promoveu encontro com prefeitos, vices e assessores, dos municípios da área de ação da Cooperativa. A direção da Ceriluz apresentou aos presentes as melhorias feitas nos últimos anos em infraestrutura, os projetos em andamento nas áreas de geração e distribuição de energia e ainda as iniciativas na área de internet, demonstrando a importância desses serviços para os diferentes setores econômicos, como agropecuário, industrial e comercial, e social, como saúde, educação e segurança.



Associados receberam informações sobre os projetos e frentes de trabalho da Ceriluz, apresentados pelo presidente da Ceriluz Distribuição, Guilherme Schmidt de Pauli.

Além dos Encontros de comunidade, outras ações estiveram em evidência. A manhã do dia 08 de outubro foi especial para as mulheres na Casa Ceriluz, na EXPOFEST 2022. A Cooperativa promoveu o “Café com Elas”, evento dedicado às conselheiras, esposas de conselheiros e colaboradoras da Ceriluz. Além do café da manhã, as mulheres presentes interagiram na palestra “Tempo de Ser Feliz!”, ministrada por Ângela Alessio, coach de Cruz Alta. Foi um momento especial para falar de autoestima, empoderamento feminino e para destacar os motivos que todas... e todos... temos para sermos felizes.

A tarde do feriado do dia 12 de outubro foi reservada para as famílias, especialmente as crianças que visitaram o parque. Na ocasião foi realizado o “Espaço Geração Criança” dedicado a levar atividades aos pequenos no seu dia, com a promoção de atividades lúdicas, presença do Cerileco, mascote da Cooperativa, e a distribuição de brindes e lanches. Dia muito animado, onde as crianças puderam conhecer brincando a força que tem a cooperação e o cooperativismo.

3.2 Atuação na área Ambiental

Projeto retomou plantio de mudas nativas em áreas de preservação permanentes

O Projeto Água Viva, desenvolvido pela Ceriluz, deu sequência as suas atividades de plantio de mudas nativas em Áreas de Preservação Permanentes (APPs), nesse ano de 2022, próximas a nascentes e cursos d'água. O trabalho, que iniciou em 2021, concluiu seu segundo ano com o plantio de mais de 1,3 mil mudas nativas, atingindo assim a meta estabelecida, de 8 mil árvores, num período de quatro anos. As primeiras 6,7 mil mudas foram plantadas no ano anterior, em sete áreas, sendo uma delas própria, e outras cinco cedidas voluntariamente por associados da Cooperativa.



Áreas de associados antes cultivadas com lavouras receberam o plantio de mudas nativas.

O projeto contempla também, em parceria com a Unijuí, a coleta e análise de águas superficiais de nascentes em APPs, e um trabalho de educação ambiental junto aos estudantes da Escola Giovana Margarita, do Distrito de Floresta, em Ijuí. Nesse sentido, no dia 24 de outubro, estudantes do 1º ao 9º ano do ensino fundamental da Escola Giovana Margarita, de Floresta, Ijuí, realizaram um trabalho de reconhecimento e identificação de árvores nativas, na área de nascente preservada na propriedade da família de Celso Buzetto. Os estudantes tiveram a oportunidade de aprender sobre as diferentes espécies presentes no local, reconhecendo suas características por meio de seus sentidos. Após o reconhecimento as árvores foram identificadas com a instalação de placas.



Estudantes da Escola Giovana Margarita, da comunidade de Floresta, participaram de oficina de identificação de plantas nativas da sua comunidade.

O Projeto Água Viva é desenvolvido pela Ceriluz, com o apoio da Unijuí e JS Florestal, e contempla o plantio de 8 mil mudas nativas em Áreas de Preservação Permanentes, especialmente em redor de vertentes, na região que compreende a bacia que abastece as barragens das Pequenas Centrais Hidrelétricas José Barasuol e RS-155. Ele atende a Licença Única 341/2019, emitida pela FEPAM/RS, que solicita reposição florestal para compensar o impacto gerado pelo manejo de espécies nativas na chamada Faixa de Segurança das redes de distribuição de Energia da Cooperativa, espaço de 15 metros sob as redes.

Pesquisas realizadas durante execução do Projeto Água Viva resultou em trabalho de mestrado

No dia 22 de setembro de 2022 aconteceu a defesa da dissertação de mestrado em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade, desenvolvido pela Unijuí, da engenheira química, Márcia Sostmeyer Jung. O trabalho foi resultado de várias atividades de pesquisa e extensão referente ao Projeto “Qualidade das águas de nascentes pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Ijuí, na área de atuação de Pequenas Centrais Hidrelétricas”, inserido no macroprojeto “Estudo da qualidade da água de nascentes e ações de recuperação ambiental em afluentes do rio Ijuí e Bozano”, promovido pela Ceriluz, em parceria com a Unijuí, ou, simplificando, Projeto Água Viva. O objetivo desse trabalho foi realizar um diagnóstico das condições ambientais das nascentes de água através de diferentes indicadores, dentre eles o estudo de macroinvertebrados bentônicos, que mostram a biodiversidade presente nestes ambientes. Para essa finalidade foram coletadas amostras de água e organismos ao longo de um ano, em nascentes pré-definidas junto a associados participantes do projeto.

A defesa da dissertação de mestrado aconteceu na Unijuí, em auditório junto ao prédio administrativo da universidade e contou com a participação de representantes das entidades e empresas envolvidas. Representando a Ceriluz, estiveram presentes o presidente da Ceriluz Distribuição, Guilherme Schmidt de Pauli, o diretor secretário, Sandro Lorenzoni, e o coordenador do Projeto Água Viva, Romeu de Jesus, além de técnicos responsáveis pelos setores ambiental e de engenharia. Na oportunidade também foi lançado o livro “Macroinvertebrados Bentônicos em Nascentes de Água”, produzido a partir dos estudos realizados durante a pesquisa.

3.3 Outras Informações aos Associados

Guilherme Schmidt de Pauli foi eleito para presidência da Ceriluz Distribuição



Guilherme Schmidt de Pauli, falou aos presentes ao final da Assembleia.

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição passou a contar com nova presidência a partir do dia primeiro de abril de 2022, quando assumiu a direção Guilherme Schmidt de Pauli. Já Iloir de Pauli segue à frente da Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento Social Ltda. – Ceriluz

Geração, por mais quatro anos. Essas foram as principais definições das Assembleias Gerais Ordinárias (AGOs) das duas cooperativas realizadas no 04 de fevereiro, na sede do Grupo Ceriluz, em Ijuí. Integram ainda as diretorias o vice-presidente Valmir Elton Seifert e o secretário Sandro Lorenzoni, além dos conselheiros de administração e fiscais.

Dos 2.476 associados que compareceram às urnas, 2.439 (99%) optaram pela aprovação da chapa indicada.

O jovem presidente da Ceriluz Distribuição, Guilherme Schmidt de Pauli, tem 34 anos, é formado em direito pela Unijuí, e durante a graduação realizou curso de extensão na Universidade do Porto, em Portugal. Após realizou especialização em Administração de empresas do Setor Elétrico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e cursa Administração de Empresas pela UNICESUMAR. Passou a atuar profissionalmente na Ceriluz em 2007, como jovem aprendiz, integrando posteriormente diversos setores, como Levantamento de Redes, Leitura, Manutenção de Usinas e Topografia, neste último desenvolvendo prospecções para projetos de PCHs. Em setembro de 2013, assumiu a Administração da obra da CGH Agudo, no município de Zortéa (SC). Encerrado esse empreendimento, em 2016, voltou a atuar no setor Administrativo da Ceriluz, passando pelos setores de Faturamento e Financeiro e mais recentemente coordenou o setor Jurídico.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. DISTRIBUIÇÃO

A Cooperativa distribui energia elétrica em 24 dos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, sendo 3 totalmente e o restante parcialmente. Atendendo aproximadamente 14.533 consumidores.



4.1.1. Ligação de Consumidores

2017	Consumidores	2018	2019	2020	2021	2022
1.574	Residencial	1.603	3.931	3.975	4.122	4.324
696	Comercial	706	717	713	827	821
45	Industrial	43	54	56	52	63
11.109	Rural	11.206	8.986	9.190	9.235	9.253
137	Poderes Públicos	134	133	136	135	139
29	Iluminação Pública	29	28	28	16	18
150	Serviço Público	150	148	143	146	145
13.740	Total	13.871	13.997	14.241	14.533	14.763
	Variação	0,95%	0,91%	1,74%	2,05%	1,58%

Foram realizadas no ano, 230 novas ligações.

4.1.2. Consumidores por Município

Na tabela abaixo estão demonstradas as Ligações de Consumidores da Cooperativa distribuídos nos vinte e quatro municípios da área de atuação.

2017	Consumidores Por Município	2018	2019	2020	2021	2022
4.139	Ijuí	4.218	4.300	4.441	4.595	4.679
1.400	Catuípe	1.400	1.404	1.399	1.409	1.423
1.364	Ajuricaba	1.361	1.356	1.358	1.379	1.401
1.537	Augusto Pestana	1.562	1.563	1.590	1.625	1.672
536	Chiapetta	533	524	530	525	543
191	Jóia	195	194	200	203	204
330	Santo Augusto	331	332	332	339	334
1.336	Coronel Barros	1.346	1.372	1.388	1.427	1.445
351	Inhacora	355	350	353	352	353
134	São Valerio do Sul	132	132	131	135	136
3	Cruz Alta	3	3	3	3	3
1.073	Nova Ramada	1.080	1.090	1.099	1.111	1.127
12	Coronel Bicaco	11	11	11	11	12
22	Santo Angelo	21	21	20	20	19
10	Eugenio de Castro	10	10	10	9	9
3	Condor	2	1	2	2	2
273	Boa Vista do Cadeado	275	281	287	283	281
999	Bozano	1.010	1.029	1.054	1.072	1.088
4	Entre-Ijuis	4	3	4	4	4
2	São Martinho	2	2	2	2	2
6	Alegria	6	6	10	10	10
5	Independência	5	4	4	4	4
9	Girua	8	8	12	12	11
1	Pejuçara	1	1	1	1	1
13.740	Total	13.871	13.997	14.241	14.533	14.763
	Variação	0,95%	0,91%	1,74%	2,05%	1,58%

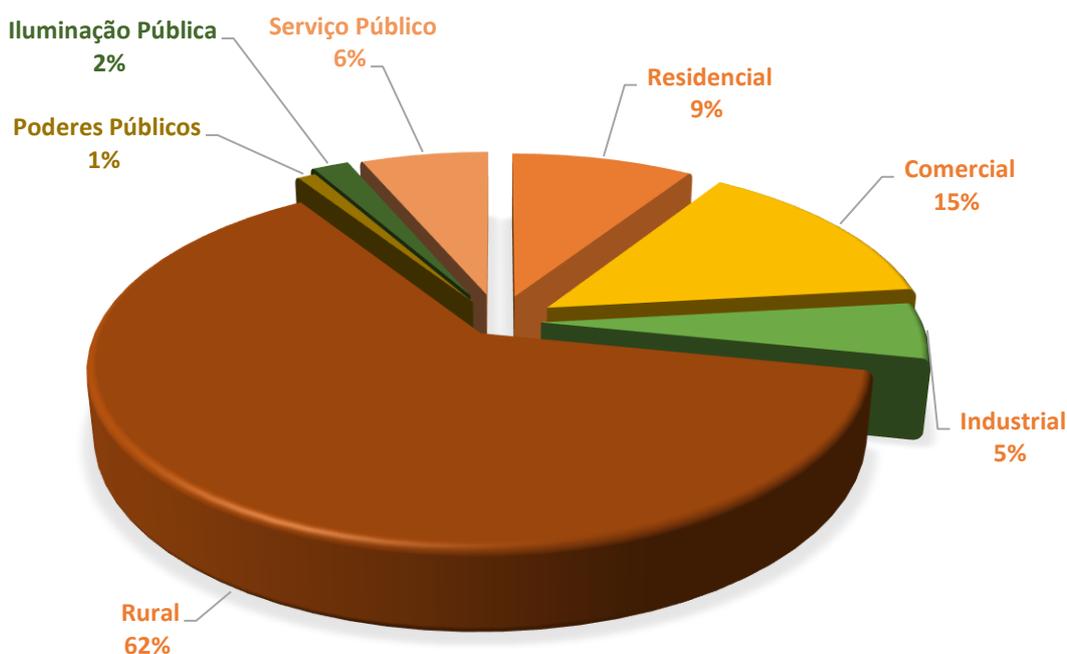
4.1.3. Comportamento de Mercado

A Ceriluz registrou uma redução no fornecimento de energia elétrica no ano de 2022 em relação ao ano de 2021. A Cooperativa totalizou a distribuição de 166 GWh no ano de 2022, número 2,92% inferior aos 171 GWh do ano anterior.

2017	Mercado Atendido - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
120	Energia Faturada	127	137	159	143	123
120	Fornecimento	127	133	146	129	111
3	Residencial	4	9	9	9	10
12	Comercial	14	15	14	16	16
45	Industrial	44	47	49	31	6
51	Rural	55	52	64	63	69
1	Poderes Públicos	1	1	1	1	1
2	Iluminação Pública	2	2	2	2	2
6	Serviço Público	7	7	7	7	7
	Suprimento p/ agentes de distr.		4	13	14	12
1	Uso da Rede de Dsitribuição	2	4	7	28	43
1	Consumidores Livres/Dist./Ger.	2	4	7	28	43
-	Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
121	Total	129	141	166	171	166
121	Variação	6,61%	9,30%	17,73%	3,01%	-2,92%

A seguir gráfico demonstrando os percentuais do consumo por classe de consumidores no ano de 2022.

CONSUMO POR CLASSE

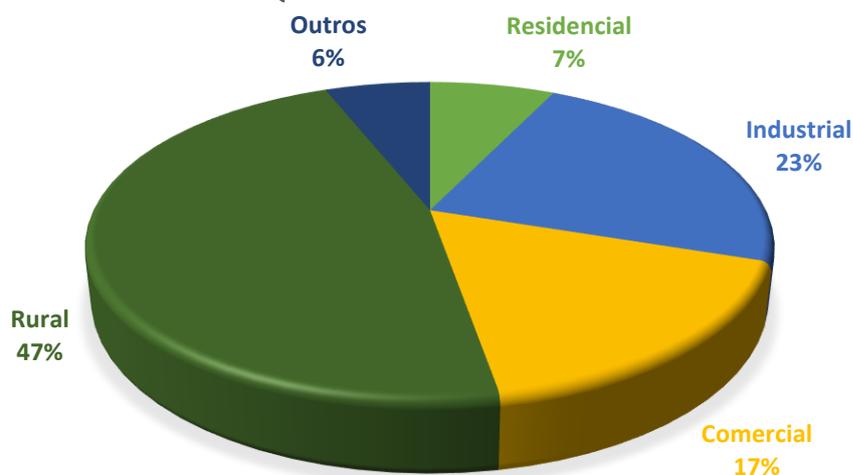


4.1.4. Ingressos/ Receita Líquida

Os ingressos/receita recorrente do fornecimento de energia elétrica, (excluindo os impostos e bandeiras tarifárias) importou em 2022 o montante de R\$ 73,963 milhões, um aumento de 11% conforme quadro a seguir:

Classe	2022	2021	%
Residencial	5.266	4.601	14%
Industrial	17.009	19.958	-15%
Comercial	12.690	10.640	19%
Rural	34.568	27.682	25%
Outros	4.430	3.976	11%
Total	73.963	66.857	11%

RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES



4.1.5. Número de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2022 apresentou um crescimento de 1,58% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2022	2021	Δ%
Residencial	4.324	4122	4,90
Industrial	63	52	21,15
Comercial	821	827	(0,73)
Rural	9.253	9235	0,19
Outros	302	297	1,68
Total	14.763	14.533	1,58

4.1.6. Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2022 o valor de 551,87 R\$/MWh, um aumento de 16,85% em relação a dezembro de 2021.

Classe	2022	2021	Δ%
Residencial	547,27	508,23	7,68
Industrial	545,56	402,88	35,42
Comercial	610,94	541,49	12,83
Rural	503,69	436,48	15,40
Total	551,87	472,27	16,85

4.1.7. Bandeiras Tarifárias

Desde o ano de 2015, as contas de energia passaram a incluir o Sistema de Bandeiras Tarifárias, que apresenta as seguintes modalidades: verde, amarela e vermelha, as mesmas cores dos semáforos e indicam se haverá ou não acréscimo no valor da energia a ser repassada ao consumidor final, em função das condições de geração de eletricidade. Abaixo estão os valores em vigência de julho de 2022 a junho 2023, cada modalidade apresenta as seguintes características:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,02989 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha - Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,06500 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Bandeira vermelha - Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,09795 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Aplicam-se às Bandeiras os mesmos tributos incidentes sobre as tarifas.

Anualmente, ao final do período úmido (abril), a ANEEL define o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

4.1.8. Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Os indicadores de qualidade são índices que permitem que a cooperativa monitore e avalie a qualidade da energia fornecida para os associados de sua área de atuação. Os indicadores DEC e FEC permitem verificar o tempo e a frequência média, respectivamente, em que houve falha no fornecimento de energia para cada consumidor da cooperativa.

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMA Tempo Médio de Atendimento (horas)
2022	7,7	7,97	1,51
2021	10,46	9,28	1,33
2020	10,31	8,98	1,72
2019	14,81	11,03	1,5
2018	13,80	11,39	1,49

A figura 1 mostra o comportamento do indicador DEC, que verifica o tempo médio que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

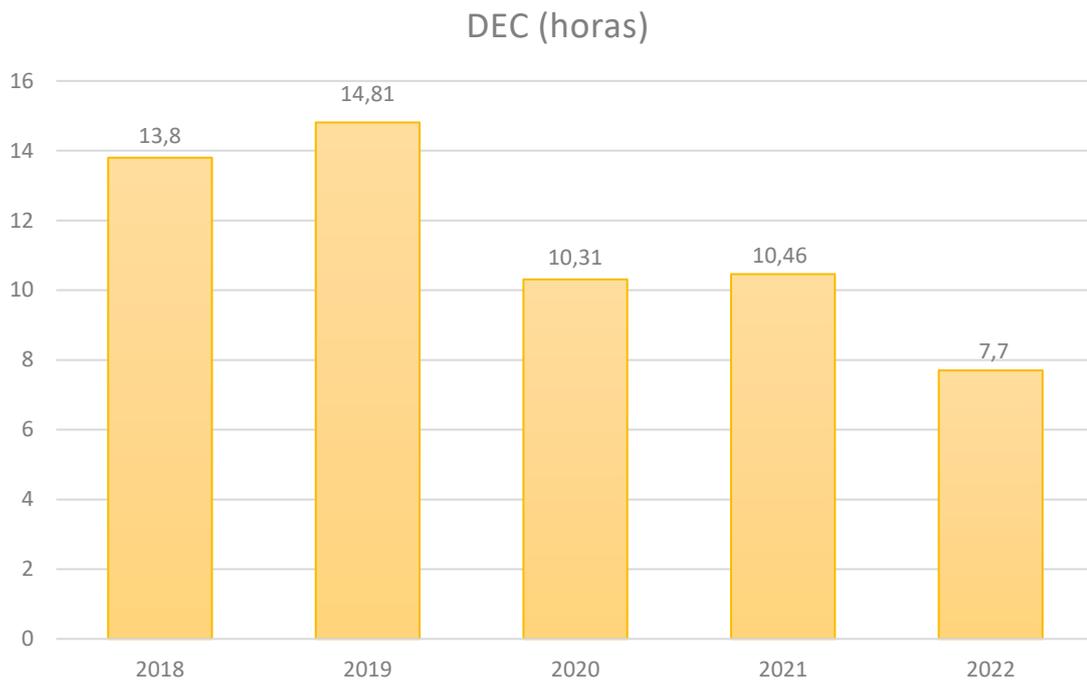


Figura 1 - Comportamento do DEC

Já a figura 2 traz o comportamento do indicador FEC, que mostra em média a frequência que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

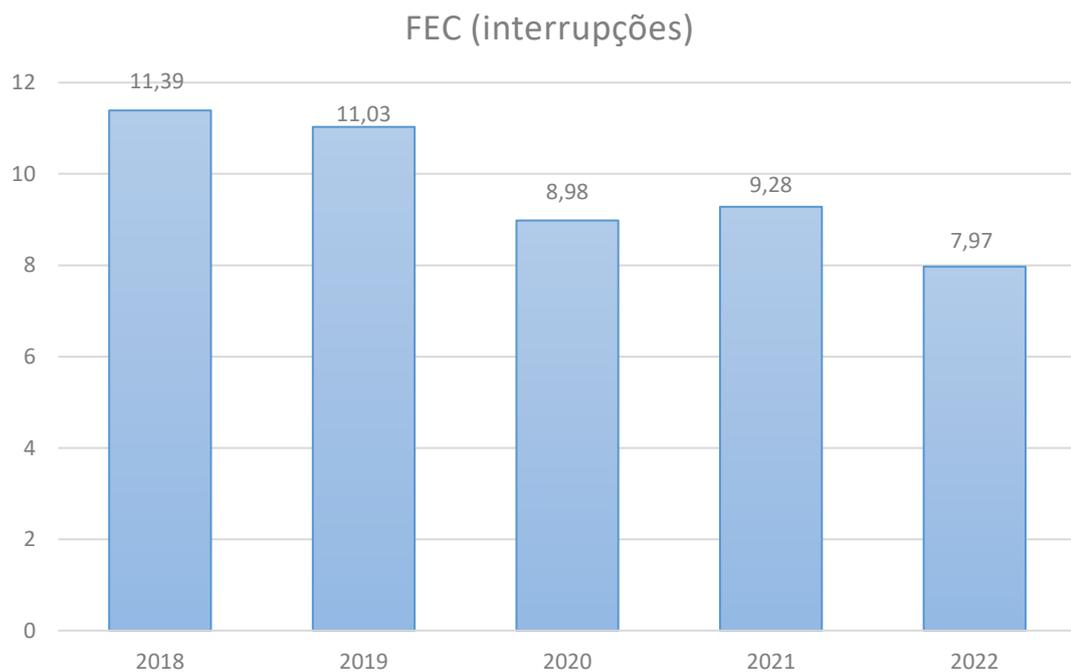


Figura 2 - Comportamento do FEC

Na área da qualidade do serviço prestado podemos citar os indicadores que medem a eficiência das equipes de plantão no atendimento das ocorrências emergenciais, sejam elas, com ou sem interrupção no fornecimento de energia. Nesta categoria o principal indicador é o TMA, que mede o tempo médio de atendimento das ocorrências emergências desde o momento do cadastro da mesma junto a cooperativa até a resolução do problema. O gráfico da figura 3 mostra o comportamento deste indicador ao longo dos últimos anos.

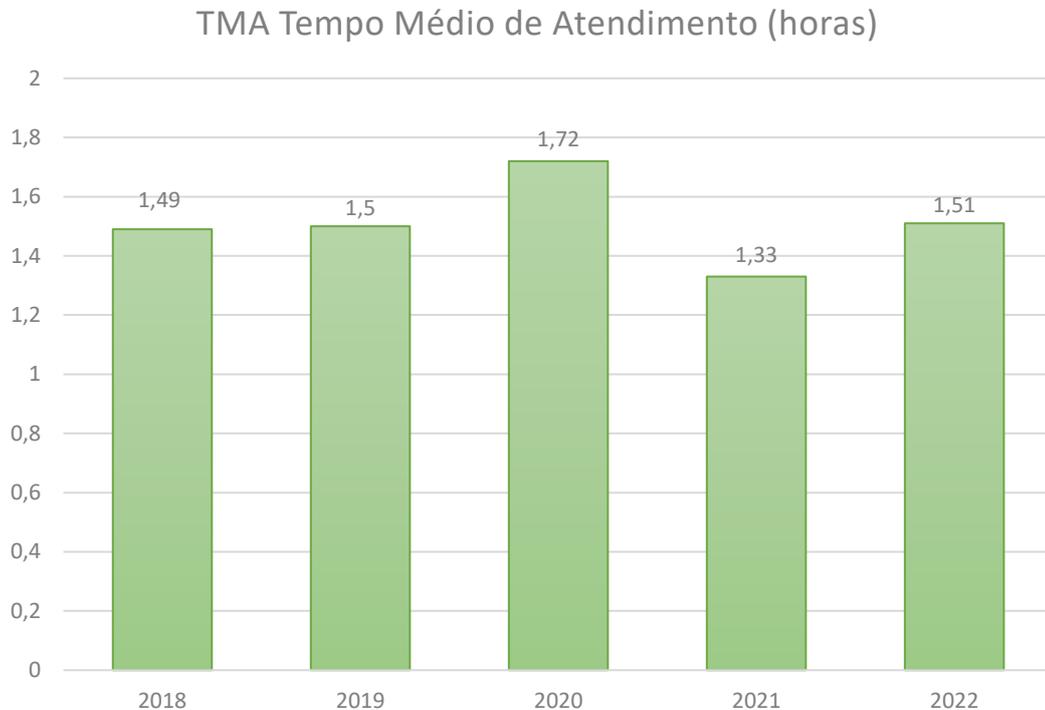


Figura 3: Comportamento do TMA

4.1.9. Atendimento ao Consumidor

A Ceriluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação, entre eles está o atendimento telefônico, com atendimento 24 horas, pelos telefones 0800 51 3130 e 0800 040 1010, através deles são feitas gratuitamente todas as ligações, reclamações e demais contatos com a cooperativa. O associado também pode comparecer presencialmente na Sede da Cooperativa, localizada em Ijuí, ou em nossos escritórios nas cidades de Catuípe e Ajuricaba. Ainda, pode acessar o site www.ceriluz.com.br para obter maiores informações sobre a sua fatura de energia, desligamentos programados, entre outros. Abaixo estão os indicadores sociais da Cooperativa com sua respectiva variação.

Satisfação do Cliente	2022	2021	%
Índice de Satisfação IASC	*	75,80%	0,00%
Índice de Satisfação do tratamento das reclamações	96,44	96,95	-0,53%
Índice de Satisfação da Prestação dos Serviços	95,13	96,20	-1,11%
Atendimento ao Cliente	2022	2021	%
Call Center	26205	19457	34,68%
Chamadas Recebidas (unid)	30093	48699	-38,21%
Numero Medio de Atendentes (unid)	2	2	-7,30%
INS Índice de Nível de Serviço (%)	88,86%	84,46%	5,21%
lab - Índice de Abandono (%)	2,90%	6,03%	-51,91%
TMA - Tempo Medio de Atendimento (s)	127,00	134,00	-5,22%

Indenização por Danos	2022	2021	%
Volume de solicitações (unid)	66	57	15,79%
Procedentes (unid)	35	30	16,67%
Indicadores de Reclamações	2022	2021	%
Reclamações Procedentes	32	40	-20,00%
DER (horas)	35,40	70,40	-49,72%
FER (unid)	0,20	0,20	0,00%
Violações de prazos de serviços comerciais	2022	2021	%
Atendimentos realizados (unid)	3143,00	3505,00	-10,33%
Atendimentos realizados fora do prazo (unid)	18,00	9,00	100,00%
Eficiência do atendimento (%)	99,40%	99,70%	-0,30%
Numero de reclamações de consumidores encaminhadas	2022	2021	%
À Empresa	186,00	240,00	-22,50%
À ANEEL	3,00	0,00	100,00%
Ao PROCON	1,00	1,00	0,00%
À Justiça	2,00	1,00	100,00%
Indicadores Ambientais	2022	2021	%
Rede BT Protegida Isolada na área urbana (em km)	32,14	28,49	12,81%
Percentual da rede protegida isolada BT / total da rede de distribuição BT na área urbana.	56,35	52,76	6,80%
Rede MT Protegida Isolada na área urbana (em km)	26,99	26,03	3,69%
Percentual da rede MT protegida isolada / total da rede de distribuição na área urbana.	35,80	35,22	1,65%

* O índice de satisfação do cliente IASC do ano de 2022 ainda não foi divulgado

4.1.10. Frota

A frota da cooperativa sofre constante manutenção e substituição. No ano de 2022 foram gastos em manutenção 922 mil reais valor 8,34% superior a 2021. No período, foram adquiridos 2 picapes e alienados 1 veículo de passeio e 1 picape.

Veículos	2022	2021
Caminhões	5	5
Picapes	23	22
Veículos de Passeio	3	4
Total	31	31

5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1. Análise do Resultado

Em 2022, a sobra foi de 15,849 milhões, um crescimento de 106,74% em relação a 2021 que foi de R\$ 7,666. A receita líquida aumentou 9,929 milhões, o que representa um acréscimo de 11,25% em relação ao ano anterior. O referido acréscimo tem origem no aumento da energia e da subvenção no reajuste tarifário de 2022.

As outras receitas operacionais tiveram uma redução de 0,651 milhões, essa redução ocorreu no registro do ICPC01 – Receita de Construção, pois os investimentos em construções de redes e subestações atingiram o montante de R\$ 12,870 milhões no ano, em 2021 a cooperativa tinha investido 16,059 milhões. Porém, outros valores de outras receitas tiveram acréscimo, como o registro do ganho no processo referente a exclusão do Icms

da base do Pis/Cofins no valor de 2,072 milhões, além do recebimento de aluguel de infraestrutura retroativo ao ano de 2015 no valor de 0,820 milhões.

Os custos não gerenciáveis – Parcela A tiveram um aumento inferior a 1%. Enquanto o custo da energia comprada reduziu 19,84%, os custos com encargos de transmissão, conexão e distribuição aumentaram 45,99%.

Os Custos Gerenciáveis – Parcela B totalizaram no período R\$ 41,484 milhões, no ano de 2021 tinha sido de R\$ 41,472 milhões

5.2. Variações Patrimoniais

Em 2022 o patrimônio líquido da cooperativa aumentou em R\$ 12,930 milhões, tendo passado de R\$ 76,918 milhões em 2021 para R\$ 89,848 milhões em 2022, o que corresponde um aumento de 16,81%.

O ativo circulante aumentou 3,762 milhões, ou seja 14,15%, a maior variação ocorreu na conta Ativos Regulatórios que aumentou 2,830 milhões. No ativo não circulante o aumento foi de 10,86% ou seja R\$ 9,376 milhões, a conta com maior variação foi a de Outros Ativos Não Circulante com R\$ 8,900 milhões, nela é registrado os bens que não estarão totalmente depreciados após o fim da permissão.

No passivo circulante, a maior variação ocorreu na conta Obrigações com Associados, onde foram registrados a cota capital a devolver aos associados demitidos do quadro social com o valor de 1,675 milhões.

No passivo não circulante a conta com maior acréscimo foi a de Obrigações Vinculadas a Permissão, nessa conta estão a participação do consumidor em obras, e teve um acréscimo de R\$ 2,456 milhões, devido principalmente a obras para pivôs de irrigação.

5.3. Investimentos

Em 2022, os investimentos da cooperativa, importaram em 12,870 milhões, 20% inferiores em relação a 2021, que foram de 16,059 milhões.

5.4. Captações de Recursos

Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 2,000 milhões junto ao Sicredi.

5.5. Valor Adicionado

Em 2022, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza, foi de R\$ 53,297 milhões, representando 41% dos ingressos/ Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



5.6. Planejamento Empresarial

A Ceriluz planeja suas metas e objetivos organizacionais, traçando estratégias e métodos para garantir aos associados a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente cumprindo as tarifas homologadas pela Aneel.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo profissionalismo e comprometimento com que têm desempenhado seu papel. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho de todo quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Ijuí – RS, 31 dezembro de 2022
A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2022	2021
CIRCULANTE		30.353	26.591
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.477	3.944
Consumidores	8	11.846	13.673
Concessionárias e permissionárias	8	452	226
Serviços em curso	9	287	730
Tributos compensáveis	10	2.076	1.192
Depósitos judiciais e cauções	11	-	-
Almoxarifado operacional	12	766	755
Investimentos temporários	13	4	56
Ativos regulatórios	14	5.105	2.275
Despesas pagas antecipadamente	15	78	66
Outros ativos circulantes	16	5.262	3.674
NÃO CIRCULANTE		95.699	86.323
Tributos compensáveis	10	1.971	1.858
Depósitos judiciais e cauções	11	30	44
Outros ativos não circulantes	17	18.883	10.048
Bens e atividades não vinculadas a concessão	18	125	110
Imobilizado	19	3.363	3.509
Intangível	19	71.327	70.754
TOTAL DO ATIVO		126.052	112.914

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

(Valores em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	2022	2021
CIRCULANTE		20.158	20.554
Fornecedores	20	3.514	3.584
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	4256	3609
Obrigações sociais e trabalhistas	22	2.426	2.055
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher	23	223	554
Encargos setoriais	25	1.241	4.336
Passivos regulatórios	26	4.385	3.468
Obrigações com Associados		1.675	
Outros passivos circulantes	27	2.438	2.948
NÃO CIRCULANTE		16.046	15.442
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	4831	7031
Provisão para litígios	24	500	130
Outros passivos não circulantes	28	0	22
Obrigações vinculadas a permissão	29	10.715	8.259
TOTAL DO PASSIVO		36.204	35.996
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30		
Capital social		6.266	7.446
Reservas de capital		568	568
Outros resultados abrangentes		3.523	4.163
Reservas de sobras		76.152	63.002
Sobras à disposição da Assembleia		3.339	1.739
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		89.848	76.918
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		126.052	112.914

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE		2.022		2.021
	TOTAL	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	
RECURSOS				
Resultado do Período	15.849	15.042	807	7.666
Demais Resultados	1.655	1.655	-	1.608
Realização da Reserva de Reavaliação	640	640	-	824
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	1.015	1.015	-	784
Resultado Abrangente do Exercício	17.504	16.697	807	9.274
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS				
Destinações de Caráter Fiscal	807	-	807	580
Fates/Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	807	-	807	580
Destinações de Caráter Legal - Estatutárias	13.358	13.358	-	6.955
Reserva Legal 45% - Artigo 47 Estatuto Social	7.514	7.514	-	3.912
Fates/Rates - 5% - Artigo 47 Estatuto Social	835	835	-	435
Reserva Manutenção Redes 30% - Artigo 47 Estatuto Social	5.009	5.009	-	2.608
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	3.339	3.339	-	1.739

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
(Valores em Milhares de Reais)

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS E/OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2020	7.444	568	4.987	56.251	1.776	71.026
Deliberações da AGO						
Destinação das Sobras A.G.O	-	-	-	-	(1.776)	(1.776)
Eventos do Exercício						
Realização do Capital	2	-	-	-	-	2
Sobra Líquida do Exercício	-	-	-	-	7.666	7.666
Outros Resultados Abrangentes						
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(824)	-	824	-
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	-	-	-	(784)	784	-
Destinações						
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.912	(3.912)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	435	(435)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.608	(2.608)	-
Destinação FATES Ato Não Cooperativo	-	-	-	580	(580)	-
Saldo em 31.12.2021	7.446	568	4.163	63.002	1.739	76.918
Deliberações da AGO						
Destinação das Sobras A.G.O	-	-	-	-	(1.739)	(1.739)
Eventos do Exercício						
Realização do Capital	(1.180)	-	-	-	-	(1.180)
Sobra Líquida do Exercício	-	-	-	-	15.849	15.849
Outros Resultados Abrangentes						
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(640)	-	640	-
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	-	-	-	(1.015)	1.015	-
Destinações						
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	7.514	(7.514)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	835	(835)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	5.009	(5.009)	-
Destinação FATES Ato Não Cooperativo	-	-	-	807	(807)	-
Saldo em 31.12.2022	6.266	568	3.523	76.152	3.339	89.848

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.5. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

(Valores em Milhares de Reais)

	Notas	2022	2021
Receita / Ingresso	32	113.308	113.909
Fornecimento de energia elétrica		33.911	41.683
Suprimento de energia elétrica		2.578	2.634
Disponibilização do sistema de distribuição		45.823	43.567
Ativos e Passivos Regulatórios		726	1.858
Serviços cobráveis		5	8
Doações, contrib. e subvenções		30.265	24.159
Tributos	33	(9.244)	(14.888)
ICMS		(7.322)	(13.768)
PIS-PASEP		(342)	(199)
COFINS		(1.580)	(921)
Encargos - Parcela "A"	34	(12.591)	(17.477)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(12.397)	(9.168)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(194)	(168)
Outros encargos		0	(8.141)
Receita líquida / Ingresso líquido		91.473	81.544
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	35	(48.013)	(47.650)
Energia elétrica comprada para revenda		(26.241)	(32.737)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(21.772)	(14.913)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		43.460	33.894
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	36	(41.484)	(41.472)
Pessoal e administradores		(13.087)	(14.136)
Material		(3.297)	(2.869)
Serviços de terceiros		(5.326)	(4.138)
Arrendamentos e aluguéis		(259)	(53)
Seguros		(45)	0
Provisões		(404)	3.132
(-) Recuperação de despesas		380	321
Tributos		(240)	(63)
Depreciação e amortização		(3.954)	(3.318)
Gastos diversos		(15.252)	(20.348)
Outras receitas operacionais	37	16.051	16.702
Outras despesas operacionais	38	(1.576)	(1.087)
Resultado da Atividade		16.451	8.037
Resultado Financeiro		(171)	(104)
Despesas financeiras		(2.076)	(865)
Receitas financeiras		1.905	761
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		16.280	7.933
Contribuição social		(120)	(77)
Imposto de renda		(311)	(190)
Resultado líquido do exercício		15.849	7.666

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2022	%	2021	%
1. Receitas	129.379		130.612	
Ingressos e Receitas de Operações com Energia Elétrica	83.039		89.742	
Receita c/ Construção de Ativos para uso Proprio	12.870		16.059	
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	33.470		24.811	
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	74.032		72.754	
Custo c/ Construção	12.870		16.059	
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	48.013		47.650	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	13.149		9.045	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	55.347		57.858	
4. Depreciação e Amortização	3.954		3.318	
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA EMPRESA (3-4)	51.393		54.540	
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.904		761	
Ingressos e Receitas Financeiras	1.904		761	
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	53.297		55.301	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	10.222	19,18%	11.356	20,53%
Remuneração Direta	7.193	13,50%	7.715	13,95%
Benefícios	2.081	3,90%	2.295	4,15%
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	948	1,78%	1.346	2,43%
Impostos, Taxas e Contribuições	25.150	47,19%	35.414	64,04%
Federais	17.809	33,41%	21.645	39,14%
Estaduais	7.322	13,74%	13.768	24,90%
Municipais	19	0,04%	1	0,00%
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.076	3,90%	865	1,56%
Dispendios e Despesas Financeiras	2.076	3,90%	865	1,56%
Remuneração de Capitais Próprios	15.849	29,74%	7.666	13,86%
Sobras Retidas	15.849	29,74%	7.666	13,86%
9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	53.297	100%	55.301	100%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.7. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC - Método Direto
(Valores em milhares de reais)

	2.022	2.021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Arrecadação Venda de Energia	46.324	49.533
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	45.823	43.567
(+) Arrecadação Venda para Suprimento de Energia	2.579	2.634
(+) Serviço Taxado	5	8
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	29.456	23.287
(+) Outros Recebimentos Operacionais	1.569	715
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(26.093)	(24.571)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(33.048)	(38.854)
(-) Salários e Encargos Sociais	(13.657)	(15.291)
(-) Tributos sobre a Receita - Federais	(961)	(963)
(-) Tributos sobre a Receita - Estaduais	(6.912)	(12.162)
(-) Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL)	(426)	(151)
(-) Encargos de Transmissão	(7.115)	(6.945)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(18.343)	(14.010)
(-) Outras Despesas Operacionais	(6.327)	(10.928)
(-) Impostos, taxas e contribuições	(1.442)	(1.289)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	11.432	(5.420)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação de Imobilizado	314	425
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras	255	149
(+) Resgates/ Recebimentos de Ativos Financeiros - Amortização e Juros	8	-
(-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	52	(13)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(11.454)	(9.234)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	2.626	1.532
(-) Aquisição e Aumento de Participações Societárias e AFAC's em Empresas Ligadas	(2)	-
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(8.201)	(7.141)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos	(1.720)	442
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas	(978)	(778)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(2.698)	(336)
Caixa Líquido Gerado no Período	533	(12.897)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.944	16.841
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.477	3.944
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	533	(12.897)

7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

Nota 1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, através dos serviços de distribuição de energia elétrica, prestação de outros serviços aos seus associados e estímulo à prática de novas atividades rurais, mediante o emprego de modernos processos tecnológicos e racionalização dessas atividades.

A entidade é regida pelo estatuto e pelas disposições legais em vigor. Na condição de permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, como área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe, todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

A cooperativa possui 14.763 consumidores.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 – Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, esta entidade observa aspectos societários da Lei 5.764/71 em conjunto com pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) aprovado pelo Conselho federal de contabilidade (CFC).

Nota 4 – Base para Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de ingressos/receitas e dispêndios/despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, exceto quando especificado em contrário.

Nota 5 - Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nota 6 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Consumidores

Englobam os valores a receber e são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995). A amortização é calculada pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de outubro de 2015.

Os encargos de amortização, correspondentes à parcela de reavaliação de bens intangíveis, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para a conta de sobras ou perdas do exercício.

Parte da amortização registrada na despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, apurando a taxa média de amortização dos ativos correspondentes e aplicando-a sobre o saldo das obrigações especiais.

(i) Obrigações Especiais

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Inclui também os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa e Eficiência Energética – PEE. Em atendimento à previsão do MCSE.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R4), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

Os dispêndios/despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

Os referidos dispêndios/despesas totalizaram R\$ 1,015 mil em 2022 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos e treinamentos aos colaboradores, plano de saúde e eventos para associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

Nota 7 – Caixa e Equivalentes de Caixa

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Venci- mento</u>	<u>Remuner. no Venc. %</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e Bancos				2.348	1.334
Sicredi	Sicredinvest	23/12/26	97% CDI	-	401
Sicredi	RDC Dist Resultados	30/03/26	95% CDI	-	2
Banco do Brasil S.A	CDB-DI	Diário	97% CDI	27	10
Banco Santander S.A	CDB-DI	Diário	94,5%CDI	23	-
Caixa Econômica Federal	CDB-DI	Diário	95,5%CDI	1.971	2.074
Poupança Sicredi	CDB-DI	Diário	70%CDI	-	23
Unicred	CDI UNICRED 60 DIAS	08/12/26	80% CDI	108	100
TOTAL			-	4.477	3.944

Nota 8 – Consumidores

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/	TOTAL 2022	TOTAL 2021
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Devedores Duvidosos	LIQUIDO	LIQUIDO
Fornecimento de Energia	9.750	-	816	8	18	91	(114)	6	47	9	40	(14)	10.657	12.713
- Residencial	544	-	158	6	17	28	(51)	2	7	2	9	(5)	717	1.029
- Industrial	1.127	-	9	-	-	11	(11)	-	-	-	-	-	1.136	1.497
- Comercial	1.028	-	214	-	-	7	(7)	-	19	6	7	(6)	1.268	1.824
- Rural	4.791	-	431	2	1	42	(42)	4	21	1	24	(3)	5.272	5.544
- Poderes Públicos	66	-	1	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	67	37
- Iluminação Pública	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	38
- Serviço Público	356	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	358	453
- Serviço Taxado	-	-	1	-	-	2	(2)	-	-	-	-	-	1	1
- Fornecimento Não Faturado	1.786	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.786	2.290
Participação Financeira do Consumidor	119	954	20	3	1	1	-	-	-	-	-	-	1.098	870
Outros Créditos	61	-	29	1	1	6	(7)	-	-	-	-	-	91	90
TOTAL CONSUMIDORES	9.930	954	865	12	20	98	(121)	6	47	9	40	(14)	11.846	13.673
Suprimento Energia - Moeda Nacional	347	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	347	180
Encargos de Uso da Rede Elétrica	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	33
Energia Elétrica de Curto Prazo	62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	13
TOTAL CONCESSIONARIAS E PERMISSIONARIAS	452	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	452	226
TOTAL	10.382	954	865	12	20	98	(121)	6	47	9	40	(14)	12.298	13.899

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante. A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O valor de R\$ 135 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 9 – Serviços em Curso

	2022	2021
Manutenção de Redes	268	694
Administração	19	36
Total de Serviços em Curso	287	730

Nota 10 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

Ativo Circulante

	2022	2021
ICMS a Recuperar Curto Prazo	2.074	1.192
IRRF a Compensar	-	-
IRRF a Recuperar	2	-
Contribuição Social Estimada	-	-
Total de Tributos Compensáveis	2.076	1.192

Ativo Não Circulante

	2022	2021
ICMS a Recuperar Longo Prazo	1.971	1.858
Total de Tributos Compensáveis	1.971	1.858

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 11 – Depósitos Judiciais e Cauções

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	Valor Estimado 2022	Valor Estimado 2021
Trabalhistas	-	30	30	30
Cíveis	-	-	-	14
Fiscais	-	-	-	-
Total de Contingências	-	30	30	44

Nota 12 – Almoxarifado Operacional

	2022	2021
Almoxarifado de Manutenção de Redes	700	706
Resíduos e Sucatas	66	49
Total do Estoque	766	755

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 13 – Investimentos Temporários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

	2022	2021
Banrisul Capitalização	4	53
BB Capitalização	0	3
Total Títulos e Valores Mobiliários	4	56

Nota 14 – Ativos Regulatórios

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amorti- zação	Saldo em 31/12/2022
CVE Ativa	-	2.219	(1.609)	610
Aquisição de Energia - (CVEenerg)	-	37	(18)	19
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-
CVE ESS	-	2.182	(1.591)	591
CDE	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	2.276	7.249	(5.029)	4.495
Repasso de PIS/COFINS Suprimento	1.777	595	(1.684)	688
Ajuste CUST PIS/ COFINS	498	533	(530)	501
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	1.343	(879)	464
Sobrecontratação de Energia	-	904	-	904
Neutralidade Financeiro Covid	-	645	(322)	323
Diferimento de Reposição na RTP	-	3.229	(1.614)	1.615
Outros	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	2.276	9.468	(6.638)	5.105

Os valores se referem à constituição e registro dos componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

Nota 15 – Dispêndios/ Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta dos dispêndios/despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2022	2021
Publicidade	78	66
Total Despesas Pagas Antecipadamente	78	66

Nota 16 - Outros Ativos Circulantes

	2022	2021
Reembolsos do Fundo da CDE	2.500	2.161
Empregados	149	98
Adiantamento a Fornecedores	312	196
Dispêndios a Reembolsar	711	686
Rendas a receber	1.440	7
Desativações e Alienações	150	526
Total Outros Recebíveis	5.262	3.674

Nota 17 – Outros Ativos não Circulantes

	2022	2021
Indenização pela Concessão a receber*	18.702	9.801
Pagamentos Judiciais a Receber	181	181
Total Outros Ativos Não Circulantes	18.883	9.982

*Indenização pela Concessão a Receber

	2022	2021
Em Serviço		
Terrenos - Subestação CERILUZ 02	18	18
Edificação - Subestação CERILUZ 02	48	48
Máquinas - Redes de Distribuição	13.049	8.633
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	512	511
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	1.265	657
Máquinas - Subestação CERILUZ 03	3.331	-
Máquinas - Linha de Distribuição 69 KV	479	-
Total Indenização pela Concessão a Receber	18.702	9.867

Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

Nota 18 – Bens e Atividades Não Vinculadas a Concessão

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

	2022	2021
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	67	60
Participação SICREDI Catuípe	13	11
Participação CRESOL Ijuí	32	30
Participação CRESOL Santo Augusto	9	7
Participação Cresol Augusto Pestana	1	1
Participação UNICRED Ijuí	2	-
TOTAL	125	110

Nota 19 – Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado em Serviço e em Curso

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Distribuição	2.590	422	(191)	2.821	231	(1.551)	1.270	1.310
Veículos	2.590	422	(191)	2.821	231	(1.551)	1.270	1.310
Administração	862	748	(109)	1.501	639	(417)	1.084	518
Terrenos	40	-	-	40	-	-	40	40
Máquinas e Equipamentos	476	379	-	855	379	(295)	560	264
Veículos	208	-	(109)	99	(109)	(83)	16	99
Móveis e Utensílios	138	369	-	507	369	(39)	468	115
Subtotal	3.452	1.170	(300)	4.322	870	(1.968)	2.354	1.828
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Distribuição	841	856	(926)	771	(70)	-	771	841
Outros	841	856	(926)	771	(70)	-	771	841
Administração	840	803	(1.405)	238	(602)	-	238	840
Máquinas e Equipamentos	840	803	(1.405)	238	(602)	-	238	840
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.681	1.659	(2.331)	1.009	(672)	-	1.009	1.681
Total do Ativo Imobilizado	5.133	2.829	(2.631)	5.331	198	(1.968)	3.363	3.509

b) Intangível em Serviço e em Curso

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Normativa nº 691/2015 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Distribuição	78.387	26.222	(10.940)	93.669	15.282	(30.879)	62.790	49.909
Softwares	270	97		367	97	(148)	219	169
Outros	78.117	26.125	(10.940)	93.302	15.185	(30.731)	62.571	49.740
Administração	510	-	-	510	-	(459)	51	89
Softwares	500	-	-	500	-	(449)	51	89
Outros	10	-	-	10	-	(10)	-	-
Subtotal	78.897	26.222	(10.940)	94.179	15.282	(31.338)	62.841	49.998

Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Distribuição	20.756	24.778	(37.048)	8.486	(12.270)	-	8.486	20.756
Servidões	-	-		-	-	-	-	-
Softwares	97	-	(97)	-	(97)	-	-	97
Outros	20.659	24.778	(36.951)	8.486	(12.173)	-	8.486	20.659
Subtotal	20.756	24.778	(37.048)	8.486	(12.270)	-	8.486	20.756

Total do Ativo Intangível	99.653	51.000	(47.988)	102.665	3.012	(31.338)	71.327	70.754
----------------------------------	---------------	---------------	-----------------	----------------	--------------	-----------------	---------------	---------------

c) ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão:

Essa instrução define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e eventual registro de um ativo financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da Seção 23 da NBC TG 1000 (receitas) relativos a prestação de serviços de construções e melhoria na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção (nota 29 e 30) estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

d) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

Em 11 de agosto de 2015 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 674, determinou a adoção de novas taxas de depreciação, às quais resultaram de estudos realizados para revisão da vida útil dos bens patrimoniais. Os valores contabilizados como dispêndios/despesas de depreciação e amortização no exercício de 2022 foram de R\$ 3,954 milhões.

Taxas de Depreciação (%)

Distribuição	(%)
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor do Sistema	3,57%
Estrutura do Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração:	(%)
Equipamento Geral	6,25%
Direitos, Marcas e patentes - Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

e) Redução ao valor Recuperável – Impairment

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões/permissões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valorização do ativo residual ao final das concessões/permissões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para impairment.

Nota 20 – Fornecedores

	2022	2021
Encargos de Uso de Rede Elétrica	227	453
Suprimento de Energia	1.171	14
Materiais e Serviços	2.116	2.340
Compra de Energia Elétrica	-	777
Total Fornecedores	3.514	3.584

Nota 21 – Empréstimos e Financiamentos

Os valores dos empréstimos encontram-se atualizados de acordo com as taxas contratuais pactuadas em cada contrato e classificados no Passivo Circulante e Não Circulante de acordo com os prazos de vencimento. Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 2 milhões junto ao Sicredi.

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	4.256	4.831	9.087					
CAPITAL DE GIRO CAIXA EMPRESARIAL MGE	-	2.183	4.689	6.872	Sim	nov-20	8,08%	26/01/23	Mensal
CONSÓRCIO CONTEMPLADO CAIXA		37	68	105	Sim			15/01/23	Mensal
CAPITAL DE GIRO SICREDI DAS CULTURAS		2.000	-	2.000	Sim	nov-22	23,73%	20/01/23	Mensal
CONSÓRCIO CONTEMPLADO SICREDI		26	74	100	Sim			12/01/23	Mensal
CONSÓRCIO CONTEMPLADO BANRISUL		10		10	Sim			09/01/22	Mensal
Total por Dívida	-	4.256	4.831	9.087					
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	4.256	4.831	9.087					

Nota 22 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2022	2021
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	615	560
Consignação em Favor da Concessionária	40	31
Folha de Pagamento Líquida	278	226
Provisão de Férias	1.493	1.238
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.426	2.055

Nota 23 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2022	2021
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	-	201
CSLL a Recolher	15	26
IRPJ a Recolher	39	60
PIS s/ Faturamento	27	41
COFINS s/ Faturamento	123	188
I.S.S.Q.N a Recolher	7	9
INSS a Recolher	4	18
PIS/COFINS a Recolher	5	6
Imposto de Renda a Recolher	2	3
Contribuição Social a Recolher	1	2
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	223	554

Nota 24 – Provisão para Litígios

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2021	130	-	-	130
Constituição	200	-	-	-
Pagamentos	-	-	-	-
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades	-	-	-	-
Atualização Monetária	170	-	-	370
Baixas	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	500	-	-	500
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	500	-	-	500

No ano de 2022 foram constituídas R\$ 200 mil em novas provisões contábeis considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica, e atualizado o valor das já existentes.

Nota 25 – Encargos Setoriais:

	2022	2021
P&D - Empresa	-	-
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	-	-
Encargos CDE	1.241	885
Demais Encargos Setoriais	-	3.451
Total Encargos Setoriais	1.241	4.336

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

Demais Encargos Setoriais são encargos com compra de energia, como Encargos consolidados, custos de deslocamentos do PLD e ESS, além das bandeiras tarifárias arrecadadas dos consumidores para repasse a CCEE.

Nota 26 – Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amorti- zação	Saldo em 31/12/2022
Compensação DIC FIC	9	16	(13)	12
CVE Energia	-	50	-	50
CVE ESS	-	368	-	368
Neutralidade Crédito Pis/Cofins	-	29	-	29
Neutralidade conta de Escassez Hídrica	-	39	-	39
Neutralidade da Parcela A	961	486	(1.205)	242
CVE Sobrecontratação de Energia	-	46	(23)	23
CDE Modicidade Eletrobrás	-	2.959	(1.637)	1.322
Spread Conta Covid	-	152	(73)	79
Reversão do Risco Hidrológico	-	3.471	(1.250)	2.221
Total Passivos Financeiros Setoriais	3.468	7.616	(4.201)	4.385

Nota 27 – Outros Passivos Circulantes

	2022	2021
Consumidor	531	82
Outros Credores	1.907	2.866
Total Passivos Circulantes	2.438	2.948

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação e credores diversos.

Nota 28 – Outros Passivos não Circulantes

	2022	2021
Retenção Causas Trabalhistas	-	22
Total de Outras Contas a Pagar	-	22

Nota 29 – Obrigações Vinculadas a Permissão

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço	8.504	2.444	-	-	10.948	2.444	(2.024)	8.924	6.824
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	8.354	2.444	-	-	10.798	2.444	(1.874)	8.924	6.824
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	150	-	-	-	150	-	(150)	-	-
Em curso	1.435	8.566	-	(8.211)	1.790	355	-	1.790	1.435
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	568	5.434	-	(5.079)	923	355	-	923	568
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	656	2.306	-	(2.175)	787	131	-	787	656
Valores Não Aplicados	211	826	-	(957)	80	(131)	-	80	211
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	9.939	11.010	-	(8.211)	12.738	2.799	(2.024)	10.714	8.259

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Nota 30 – Patrimônio Líquido

30.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6,266 milhões é formado por cotas partes referentes a 12.445 associados em 31 de dezembro de 2022.

30.2. Natureza e Finalidade das Reservas

- a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.
- b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.
- c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se as necessidades operacionais das redes, linhas, ramais e ou acessórios.

30.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2022	2021
Resultado do Exercício	17.504	9.274
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	807	580
Destinações de Caráter Legal Estatutário:	13.358	6.955
Fundo de Reserva Legal	7.514	3.912
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	835	435
Fundo de Manutenção e Expansão	5.009	2.608
Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	3.339	1.739

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

Nota 31 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 7;

Consumidores: apresentadas na nota 8;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 21.

b) Valor Justo

	2022		2021	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.477	4.477	3.944	3.944
Contas a Receber	12.298	12.298	13.899	13.899
Empréstimos e Financiamentos	9.086	9.086	10.640	10.640
Total	25.861	25.861	28.483	28.483

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	4.477	-	4.477
Contas a Receber	-	12.298	-	12.298
Total	-	16.775	-	16.775
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	9.086	-	9.086
Total	-	9.086	-	9.086

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando os dispêndios/despesas financeiras (ou ingressos/receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 32 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2022	2021
Fornecimento de energia elétrica	33.911	41.683
Suprimento de energia elétrica	2.578	2.634
Disponibilização do sistema de distribuição	45.823	43.567
Ativos e Passivos Regulatórios	726	1.858
Serviços cobráveis	5	8
Doações, contrib. e subvenções	30.265	24.159
Total Receita / Ingresso	113.308	113.909

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Fornecimento de Energia - TE

Contabilização da receita de fornecimento faturado e não faturado de energia elétrica para a unidade consumidora com fim residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público.

Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD

Contabilização dos encargos de uso de rede elétrica derivados da receita faturada de Consumidores cativos, Consumidores livres e Encargos de conexão de agentes de geração.

Suprimento de energia

Contabilização da receita faturada, proveniente do suprimento de energia elétrica dos agentes de distribuição

Ativos e Passivos Regulatórios

Contabilização das variações positivas e negativas de demais itens financeiros constantes nos reajustes e/ou revisões tarifárias de itens da conta de demais ativos regulatórios, das variações positivas e negativas e ajustes de valores positivos e negativos de demais ativos regulatórios ocorridas em períodos intercalares às datas de reajuste e/ou revisão tarifária, e de eventuais saldos a serem adicionais das tarifas futuras em função de revisões tarifárias concedidos a maior temporariamente.

Serviços cobráveis

Contabilização de receitas referente aos serviços cobráveis, realizados mediante solicitação do consumidor. Os serviços a serem considerados nesta conta são: Vistoria de unidade consumidora; Aferição de medidor; Verificação de nível de tensão; Religação normal; Religação de urgência; Emissão de segunda via de fatura; Emissão de segunda via da declaração de quitação anual de débitos; Disponibilização dos dados de medição armazenados em memória de massa; Desligamento e religação programados; Fornecimento de pulsos de potência e sincronismo para unidade consumidora do grupo A;

Doações, contribuições e subvenções

Contabilização da receita de subvenção criada pela Lei 13.360/2017 para cooperativas com baixa densidade de carga; Contabilização da receita de subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Nota 33 – Tributos sobre os Ingressos/Receitas

	2022	2021
ICMS	7.322	13.768
PIS-PASEP	342	199
COFINS	1.580	921
Total Tributos	9.244	14.888

Nota 34 – Encargos da Parcela "A"

	2022	2021
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.397	9.168
Taxa de Fiscalização - TFSEE	194	168
Outros encargos	-	8.141
Total Encargos - Parcela "A"	12.591	17.477

Conta de desenvolvimento

Contabilização do repasse da subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Taxa de Fiscalização – TFSEE

Contabilização do repasse da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica que foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para cobertura dos seus dispêndios/despesas administrativas e operacionais.

Outros encargos

Bandeiras Tarifárias - Instituída pela Resolução Normativa nº 547 de 16/04/2013, passou a ser cobrada dos consumidores das permissionárias em 01/07/2015. Valor arrecadado é repassado a CCEE.

Nota 35 - Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

Custo da Energia	2022	2021
Energia Elétrica Comprada para Revenda	26.241	32.737
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	21.772	14.913
TOTAL	48.013	47.650

Nota 36 - Custos gerenciáveis - Parcela "B"

	2022	2021
Pessoal e administradores	13.087	14.136
Material	3.297	2.869
Serviços de terceiros	5.326	4.138
Arrendamentos e aluguéis	259	53
Seguros	45	-
Provisões	404	(3.132)
(-) Recuperação de despesas	(380)	(321)
Tributos	240	63
Depreciação e amortização	3.954	3.318
Gastos diversos*	15.252	20.348
Total Custos gerenciáveis - Parcela "B"	41.484	41.472

*Gastos Diversos

a) Custo de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

	2022	2021
Custo de Construção	12.870	16.059
TOTAL	12.870	16.059

Nota 37 – Outros Ingressos/Receitas Operacionais

	2022	2021
Receita de compartilhamento de Infraestrutura	931	43
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	176	590
Receita de Construção*	12.870	16.059
Microgeração 36 Meses	2	10
Outras Receitas	2.072	-
Total Outras Receitas Operacionais	16.051	16.702

*Receita de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como receita. Em contrapartida, registramos também o custo correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

	2022	2021
Receita de Construção	12.870	16.059
TOTAL	12.870	16.059

Nota 38 – Outros Dispêndios/Despesas Operacionais

	2022	2021
Perdas na Desativação de Bens Reversíveis	1.567	1.051
Perdas na Alienação de Bens Reversíveis	9	36
Perdas em Projetos não Executados	-	-
Total Outras despesas Operacionais	1.576	1.087

Nota 39 – Seguros

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 40 – Nota Explicativa DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do

Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 41 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de atuação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 42 – Partes Relacionadas

As partes relacionadas compreendem a Diretoria Executiva e Conselheiros de Administração, cujas atribuições, poderes e funcionamentos são definidos no Estatuto Social da Cooperativa. Os Diretores são os representantes legais responsáveis principalmente pela administração no aspecto operacional, e compete aos mesmos realizar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. O Conselho de Administração é responsável pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de quatro anos, sendo obrigatória a renovação de no mínimo um terço ao final de cada mandato.

Os direitos e deveres dos Conselheiros de Administração são os mesmos estabelecidos aos demais associados, bem como, não há, em hipótese alguma, tratamento diferenciado aos mesmos, os quais seguem as políticas e diretrizes definidas para a sociedade

As operações são realizadas no contexto normal das atividades operacionais, não tendo influências que possam gerar benefícios indevidos as suas contrapartes ou prejuízos a Cooperativa, e apresentaram as seguintes movimentações no decorrer do exercício de 2022.

Transações com partes relacionadas:

Tipo:	2022	PCLD
Remuneração	434	-
Faturas de Energia	13	-
Quota Capital	0,08	-
Saldo de Contas a Pagar	-	-
Saldo de Contas a receber	1	-

Nota 43 – Obrigações com Associados

	2022	2021
Capital a restituir	1.675	-
Total Passivos Circulantes	1.675	-

Refere-se a valores de ex associados, demitidos do quadro social da Cooperativa de Distribuição de Energia por não possuírem ligações de energia a mais de um ano.

GUILHERME SCHMIDT DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 020.283.650-99

RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

8 BALANÇO SOCIAL

1. BASE DE CÁLCULO	2022			2021		
Ingressos/Receita Líquida (RL)	91.473			81.544		
Resultado Operacional (RO)	15.849			7.666		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	13.087			14.136		
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$	% S/FPB	% S/RL	R\$	% S/FPB	% S/RL
Alimentação	397	3,03%	0,43%	366	2,59%	0,45%
Plano de Saúde Funcionários	534	4,08%	0,58%	556	3,93%	0,68%
Encargos Sociais	3.138	23,98%	3,43%	2.764	19,55%	3,39%
Seguro Vida em Grupo	47	0,36%	0,05%	45	0,32%	0,06%
Educação e Treinamento	23	0,18%	0,03%	33	0,23%	0,04%
Segurança e Medicina Trabalho	286	2,19%	0,31%	397	2,81%	0,49%
Participação Resultados	707	5,40%	0,77%	655	4,63%	0,80%
TOTAL	5.132	39,21%	5,61%	4.816	34,07%	5,91%
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		%S/RO	%/RL		%S/RO	%/RL
Investimento em Veículos	315	1,99%	0,34%	553	7,21%	0,68%
Qualidade vida associados	872	5,50%	0,95%	273	3,56%	0,33%
Total Cooperantes	1.187	7,49%	1,30%	826	10,77%	1,01%
Tributos (excluído os encargos sociais)	9.631	60,77%	10,53%	15.155	197,69%	18,59%
TOTAL	10.818	68,26%	68,26%	15.981	208,47%	208,47%
4. INDICADORES AMBIENTAIS		%S/RO	%S/RL		%S/RO	%S/RL
Investimentos em programas ou projetos	21	3,93%	0,00%	-	0,00%	0,00%
5. INDICADORES CORPO FUNCIONAL						
Número de Funcionários final do período			115			117
Número de Admissões no Período			11			9
Número de Demissões			13			12
Número de Mulheres			16			19
Funcionários Deficientes			1			1
Outros			0			0
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES-CIDADANIA EMPRESARIAL						
Relação entre a maior e menor Remuneração na empresa			6,5			8
Número Total de acidentes trabalho			4			0

9. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda – Ceriluz Distribuição, inscrita no CNPJ nº 87.656.989/0001-74, com sede na Rua Reinoldo Schindler, nº 100, bairro das Chácaras, na cidade de Ijuí-RS, em cumprimento ao Art. 44, inciso XI do Estatuto Social, nós abaixo assinados, tendo examinado o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Sobras/Perdas relativas ao exercício de 2022, bem como as demais demonstrações contábeis e notas explicativas, constatamos que expressam a real situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, e por esta razão recomendamos a sua aprovação pelos associados presentes na assembleia.

Ijuí (RS), 16 de fevereiro de 2023

Nelson Dallabrida

CPF 418.342.830-00

Sidnei João Montagner

CPF 364.664.250-53

Evandro Lanzarin

CPF 744.385.730-68

Cópia fiel da ata 480/2023.

10. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS



RA 100/2023

Chapecó, 17 de fevereiro de 2023.

Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda
Ceriluz Distribuição
Ijuí - RS

Senhor
Guilherme Schmidt De Pauli
Representante Legal

Em atendimento ao contrato firmado entre a "Linear Auditores Independentes" e a "Ceriluz Distribuição", apresentamos o relatório dos exames realizados, compreendendo a auditoria das demonstrações contábeis de 31/12/2022, conforme sequência:

- Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis;

ANEXO ÚNICO

- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração de sobras ou perdas;
- Demonstração do valor adicionado;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas explicativas sobre as demonstrações contábeis.

Processamos os exames na extensão e profundidade julgada necessária, com observância aos princípios técnicos e normas de auditoria de acordo com o que determina o Conselho Federal de Contabilidade, bem como levando em conta a legislação vigente aplicável a este tipo de entidade.



Timbrado-01

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ Nº:87.656.989/0001-74

Ijuí - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do valor abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas na ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis foi submetida a nossa apreciação para fins de manifestação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas na ITG 2004 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Chapecó, 17 de fevereiro de 2023.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCSC 4159/O-6

EDUARDO AUGUSTO MELERE
Contador CRCSC 035.595/O-2

EDUARDO AUGUSTO
MELERE:05207119982

Assinado de forma digital por
EDUARDO AUGUSTO
MELERE:05207119982
Dados: 2023.03.07 07:53:02 -03'00'